



RESENHA

CHRISTIN, Rodolphe. *Manuel d'antitourisme*. Paris: Éditions Yago, 2008.

Silvio Lima Figueiredo – Professor do Núcleo do Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA. Doutor em Ciências da Comunicação, USP, São Paulo. Email: slima@ufpa.br

“Eu me encontrava em uma espécie de êxtase pela ideia de estar em Florença e pela vizinhança dos grandes homens dos quais eu acabava de ver os túmulos. Absorvido na contemplação da beleza sublime, que via de perto, eu a tocava, por assim dizer. Tinha chegado ao ponto da emoção onde se encontram as sensações celestes proporcionadas pelas belas-artes e os sentimentos passionais. Saindo de Santa Croce, meu coração batia, o que em Berlim chama-se “nervos”; a vida esgotara-se em mim, eu andava com medo de cair...” (STENDHAL, [1826] 1987 p. 272).

Ao se deparar com Florença, Stendhal é acometido de uma certa “loucura”, o êxtase de estar frente a frente com exemplo de cidade-obra de arte. O relato do autor, célebre escritor de “*Memories d’un Touriste*” (STENDHAL, 1968), faz parte dos caminhos traçados na Itália, em viagens na primeira metade do século XIX (a passagem por Florença data de janeiro de 1817). Essa experiência de fruição da arte, que provocaram tais sensações celestes, servem de base para a identificação de uma síndrome, explicada por um transtorno psíquico repentino causado pela sensibilidade na observação de obras de arte. Mas não é qualquer um que tem possibilidades de desenvolver tal síndrome; é preciso ativar um certo capital cultural.

Acometer-se dessa síndrome é “amar as artes”, e nesse sentido, muitas pessoas passam por Nápoles e Florença sem sofrer qualquer problema, no máximo um *frisson*, frente ao desconhecido e aos monumentos. Tal e qual, a recente obra de Rodolphe Christin, o *Manual do Antiturismo* é uma obra que provoca sensações díspares. Em primeiro lugar, apresenta um panorama extremamente negativo do turismo, elencando as lacunas dos discursos e das práticas turísticas, e em segundo lugar, apresenta críticas oportunas sobre sua pretensa possibilidade

de ser positivado pelo “bom planejamento”, algo pelo qual se debatem os profissionais do ramo e os estudiosos da área, que na tentativa de valorar suas escolhas profissionais e acadêmicas, agarram-se no planejamento para dar ao turismo a possibilidade de se realizar no discurso mediano como gerador de renda, de emprego, promotor de contatos e trocas culturais e atividade econômica impulsionadora de desenvolvimento de áreas com dificuldades em entrar no circuito de trocas do capital.

O pequeno livro é dividido em seis capítulos, e inicia, no seu primeiro capítulo “*La mondophagie touristique*”, com a referência ao sucesso dos trabalhadores em conseguirem a incorporação das férias remuneradas nas suas vidas produtivas é a grande vitória após uma grande batalha: “a era dos felizes tempos livres”, lutas travadas por muitos trabalhadores em diversos países nos séculos XVIII e XIX, até terem seus direitos assegurados em legislações específicas no século XX. O autor lembra que aos poucos esse direito se transformou em dever e a pergunta “o que fazer nas férias?” produz imediatamente uma resposta associada: “viajar” quase uma obrigação. E assim nasce a associação entre férias e viagem, e usar esse tempo para viajar significa um meio popular de educação, uma busca. Ao mesmo tempo em que essa conexão nasce, outro movimento ganha força: as transformações do mundo em um mundo urbano, e o processo de urbanização ligado ao de industrialização provoca a ruptura homem-natureza, sendo, portanto, necessário reencontrar essa “natureza perdida”.

Com a instituição das férias e a busca pelo mundo natural, as viagens de lazer ganham força. Inicialmente esses novos viajantes saíam em busca do “prazer, da diversidade dos povos e das belezas do mundo” (CHRISTIN, 2008, p. 19), e isso representaria a liberdade. Mas, para o autor, pouco a pouco tudo isso se dissolve em consumo, e o fazer-turismo se transforma em “consumir”, como qualquer outro bem cultural, ele que se organiza a partir da venda uma mercadoria simbólica baseada em experiências (FIGUEIREDO, 2010).

A liberdade inicial se metamorfoseia então em norma, e em fato opressor: “ele martiriza naturezas e sociedades humanas, oprime o espírito das viagens e transforma a hospitalidade dos lugares em prestação, os habitantes em prestadores, as paisagens em decorações” (CHRISTIN, 2008, p. 19). Mas isso faz parte da dinâmica da indústria cultural, mostrada nos estudos clássicos de Adorno e Horkheimer (1997) e do consumo, com abordagens específicas em Jean Baudrillard (1986) e Gilles Lipovetsky (2006). A imagem do turista-consumidor é associada pelo autor a um rolo compressor, e a imagem dos devoradores de paisagem de Krippendorf (1977) não deixa de ser retomada aqui. Nesse momento, a ideia de uma frenética *mundofagia turística* é duramente apresentada, pois para aproveitar

o mundo é preciso consumi-lo, ou mesmo sugar seu sangue que alimentará o turista-vampiro.

O sistema do turismo indica algumas características presentes em estudos mais aprofundados sobre o fenômeno: para o autor, o turismo é compreendido como uma atividade ocidental, pois a maioria dos turistas é ocidental e os principais destinos também são ocidentais. Os grupos não ocidentais que o praticam estão dentro da chave do que é “ocidentalização”, nessas afirmações o autor se baseia no estudo de Serge Latouche (1996). No processo, há uma standardização na recepção dos turistas, pois para que o destino continue a ser destino, precisa se adequar a alguns critérios. Isso provoca a standardização dos lugares, das paisagens, dos humores e das culturas. Um “teatro”, que tem como texto a folclorização das atrações.

O segundo capítulo do livro traz uma importante contribuição sobre o discurso da performance econômica do turismo, pois através dela é possível justificar a existência de tão controversa atividade, justificando ainda o dispêndio de dinheiro para organizá-la, e então implementar suas políticas de desenvolvimento. Além disso, legitima os estudos econômico-administrativos, e autoriza sua implantação em lugares com organizações socioculturais e econômicas diversas do meio urbano-industrial, onde habitam comunidades tradicionais. Segundo o autor, o esforço para transformar “lugares” em “destinos” é muito grande, pois os mesmos precisam ser adaptados, manejados, etc., para acolher a atividade e o turista, e na busca de fazer cliente se sentir em casa, acabam por perder suas referências, transformando-se em artificiais.

Porém, o turismo é ligado intrinsecamente ao modo de vida ocidental, e criticar o turismo e o turista é criticar a nós mesmos. Somos todos turistas potenciais. A salvação estaria no turismo sustentável, responsável, solidário, ecológico. Várias são as suas vertentes e ênfases do turismo sustentável, de base comunitária, de base local etc. Mas não podemos esquecer que o donatário ainda coloniza e muitas vezes a nova manifestação dessa exploração se encontra na assistência técnica e nos donativos humanitários. É possível que esses turistas “*bom tom*”, abandonem sua riqueza e sua posição de superioridade econômica e cultural por uma pobreza temporária consciente? Será possível então afirmar: “eu não sou um turista como os outros eu pratico a viagem sustentável”.

A sustentabilidade da atividade também é questionada, haja vista a quantidade de poluentes dos meios de transportes, como ônibus, aviões etc. O turismo sustentável é questionável não só pelos seus impactos ao meio ambiente, mas também pela simples razão da sua prática ser elitista, afinal de contas ela é restrita a uma pequena parcela da sociedade. E mesmo sendo uma atividade restrita

na sua execução, ela atinge a todos, pois seus impactos não poupam ninguém: o turismo se relaciona com quase todo mundo, mesmo que a atividade seja realizada ainda por 3,5 % da população mundial.

O autor então traça as diferenças entre viajar e fazer turismo, encontrando na viagem o conceito fundador que realmente importa. O turismo é generalizado, muito “comum”, mas as viagens deveriam ser excepcionais, maravilhosas e os desejos dos viajantes se confrontam com a “realidade” turística, ordinária, que banaliza tudo, anula o mistério e a aventura; o viajante busca o autêntico e o inviolado, mas seus pastiches e suas paródias estão por todos os lugares, como um pacote, um “combo”; o turista desconfigura o exotismo dos lugares que ele foi tão longe encontrar; a viagem é um rito de passagem, ou ainda: há uma matriz de transformação interior na sua realização, coisa que o turismo não consegue, já que está atrelado a um circuito fechado, enquanto que a viagem aspira uma vida aberta, um acordar para si e para os outros, e se a viagem é filosofia, o turismo é economia. O viajante explora para descobrir lugares e o turista explora para tirar proveito econômico dos lugares; o viajante corre o risco de desaparecer, pois não há mais outros povos e outros lugares diferentes para conhecer e desvendar; Ainda, o fenômeno *low cost* faz todos viajarem mais vezes e permanecerem menos, pois a estada perde a importância ao deslocamento e a descoberta é encoberta pelo descanso e relaxamento, e isso reduz a dimensão política do estar-junto, e a democratização do acesso à viagem se reduz à democratização do consumo, ao dever de consumir.

Mas, o turismo, como viagem, ainda pode guardar alguns aspectos da descoberta pessoal, pois ele contém uma gama de intenções diversas e díspares, mais ou menos honestas ou gloriosas (CHRISTIN, 2008, p. 39). E assim o autor entende que há, por vezes, um pouco de viagem em nossos turismos e sempre um pouco de turismo em nossas viagens. O imaginário da viagem iniciática transformadora do eu e descobridora do universo se choca com a realidade do turismo, realidade turva e desfigurada. Uma realidade de pacote. No entanto, é por isso que os turistas fazem turismo. É isso que eles buscam, o imaginário que a viagem produz, e aí está seu paradoxo.

Em todo caso, apesar do pacote engessar a relação entre ordem e desordem, esta última é uma constante, pois apenas uma parte dos acontecimentos e da experiência turística é controlável.

O terceiro capítulo “*le productivisme des vacances?*” faz parte de uma importante argumentação do autor em direção à organização, planejamento e gestão da viagem e da vida moderna, destacando nesse momento a ideia ou “crença” no

desenvolvimento, produto da ocidentalização do mundo e organizador das ações, políticas e da vida moderna.

Uma crítica ao desenvolvimento (ao planejamento e à gestão) se constrói. O desenvolvimento é, pois, “inimigo” da aventura, do acaso, do imprevisto e da “desordem”, é “amigo” do cálculo, da previsão, do planejamento e do crescimento (CHRISTIN, 2008). É produtor de uma “cultura” do economicismo e um direito a todos os países do mundo, como a história de uma crença ocidental. O autor então se apoiará na obra já clássica de Gilbert Rist (2001), que apresenta a construção da ideia de desenvolvimento como crença do ocidente a partir da apresentação de seu marco de nascimento, o chamado “4º ponto do discurso do Presidente Truman”, discurso que o presidente estadunidense Harry Truman proferiu em janeiro de 1949, inaugurando sua gestão futura. Rist apresenta o uso do termo em outros momentos e situações, no entanto, ressalta que a partir de seu nascimento como mito, passa a legitimar a própria “ideologia” ocidental, seus principais traços e seu encontro com a ideia de civilização, como talvez o único modelo válido: “Desenvolvimento é constituído por um conjunto de práticas, por vezes aparecendo como contraditórias, que para assegurar a reprodução social do grupo dominante, provocam a transformação e a destruição de forma generalizada do meio ambiente e as relações sociais, com vistas a aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, através das trocas, para a demanda efetiva” (RIST, 2001, p. 26-34).

Apesar das variadas formas de “humanizar” o desenvolvimento, sua essência tem um componente robusto: o crescimento. A obsessão pelo crescimento econômico se espalha em todas as direções, determinando políticas e em todas as formas discursivas oficiais e midiáticas. As consequências da obrigação de crescer são já conhecidas, mas essa obrigação ao virar “dogma” coletivo, tem grandes chances de se reproduzir rapidamente (RIST, 2010).

A crença e o mito do desenvolvimento são progressivamente absorvidos pelo turismo, já que ser desenvolvido, ter riqueza, diz respeito a ter tempo livre para gastar essa riqueza, e aproveitar a vida. O turismo faz parte do mecanismo da busca da prosperidade e da paz, e da busca da felicidade. Nesse processo, alia-se ao desenvolvimento, quer pelo seu papel em produzir sentidos de consumo ao tempo livre oriundo de uma sociedade desenvolvida, quer pela sua importância gerando renda e emprego para sociedades com dificuldades de acessar o mercado e produzir riqueza competitiva. Para Christin (2008), há uma visão falsamente idealista e exageradamente otimista do turismo. E como a mundialização ocorre como ocidentalização e o turismo é um de seus avatares, ele não consegue obviamente realizar sua pretensa contribuição à compreensão intercultural do mundo.

Partindo do pressuposto de que as evasões são improváveis nas rotas traçadas, e que o planejamento das férias não é compatível com a sensação de risco e do imprevisto, o autor compreende que, quando um imprevisto ocorre numa viagem, ele é interpretado como um acidente, um defeito do serviço, então do produto, passível de compensações financeiras e reclamações aos órgãos de defesa do consumidor. O planejamento turístico para o desenvolvimento reconhece a importância da satisfação das demandas, orienta fluxos, julga lugares, patrimônios e culturas nessa direção.

Pode-se dizer que territorialidades são trocadas, substituídas por outras e mapeadas pelo planejamento. E que o mundo agora fechado novamente, enclausurado, engarrafado, é o mundo de viagens com itinerários traçados e estandardizados, paradas obrigatórias, *mise en scènes* de paisagens. Vivemos hoje num mundo sob o signo da produtividade, da gestão e do planejamento, são novas formas de colonização, do eu e do outro. E caracteriza esse “planejamento do mundo” como uma grande domesticação, que estende um modo de organização universal a todas as sociedades (CHRISTIN, 2008, p. 69).

Então, no quarto capítulo de seu pequeno livro aparece explicitamente uma crítica à organização, à gestão e ao planejamento impressos na ocidentalização e no desenvolvimento, padronizando atitudes e podando a criatividade e a diferença das soluções.

A gestão deixa de ser ferramenta para coordenar e gerir recursos para ser o mote da Ideologia do Gerencialismo (*L'idéologie gestionnaire*), que segundo Gaulejac (2009), são novas formas de relação capital-trabalho, que caracterizam a hipermodernidade. Consiste na substituição dos interesses dos trabalhadores por interesses da economia, empresas e acionistas mobilizando a *psique* dos primeiros, em função do alcance dos objetivos da produção, colocando em ação um conjunto de técnicas que buscam colonizar os desejos e angústias das pessoas, colocando-os a serviço da empresa, fazendo com que a energia libidinal se transforme em força de trabalho, encerrando os indivíduos em um sistema paradoxal de uma submissão livremente consentida (GAULEJAC, 2009, p. 39-40). Essa “ideologia” ultrapassa os muros das organizações e indica uma administração racional dos seres, das ações, das coisas, em busca da eficácia e da rentabilidade. E ainda, “a finalidade realista de nossos atos” (RODIN, 2011, p.10).

Segundo Christin, a gestão se aplica em transformar os espaços existenciais em dinheiro, a vida em protocolos, os espaços em parques de diversões. Ela indica, ordena, dirige. Assim, o pretense mundo aberto se fecha. A quantidade de espaços de substituição proliferam. E o mundo é governado pela ciência e pelos processos

tecnológicos e gerenciais. O objetivo é produzir divertimento controlado, planejar emoções em detrimento ao encontro do inesperado. Em resumo, a viagem será então reduzida ao culto do divertimento muito mais que à cultura da diversidade.

O capítulo seguinte detalha o processo de simulação dos prazeres e de programação dos gozos. Os viajantes exploradores, que descobriram caminhos marginais, inovações culturais e novos horizontes para vida sumiram, desapareceram no mar de “turistas clichês”, transformaram-se em “lugares comuns”, retirando da prática da viagem qualquer possibilidade dela ser “especial”. O turismo produz desenvolvimento e produz esquemas de desenvolvimento mais ou menos reflexivos. A atividade é ordenada pela intervenção de profissionais do desenvolvimento, planejadores de territórios, *experts* de técnicas, encarregados de fazer valer o bom planejamento das realidades humanas e naturais (CHRISTIN, 2008, p. 84).

Apesar das tentativas, poucos são os itinerários e destinações que escapam de uma tripla estandardização: dos espaços de recepção, das mentalidades e práticas das sociedades de recepção, e das práticas turísticas elas mesmas. O planejamento do desenvolvimento turístico *não entende que* a “natureza de uns é a cultura de outros”. Esse processo representa a domesticação da viagem, que é incompatível e contraditória à aventura. A organização da viagem se inscreve nas técnicas racionais de gestão de recursos, próprios ao planejamento moderno, e o turismo continua seu caminho como um meio de difusão da identidade ocidental com o desenvolvimento e o culto ao crescimento econômico como justificativa ideológica, da conversão das sociedades à economia de mercado como modalidade prática (Idem, p. 90).

Por fim, o autor conclui seu pequeno tratado sugerindo a preferência pelo caminho, em detrimento à destinação, isso quer dizer valorizar o conhecimento e o ato da própria viagem. Isso também se relaciona com ações de “contra-ocidentalização” do mundo, baseadas em: valorização dos conhecimentos das comunidades tradicionais receptoras; integrar a atividade turística nas atividades locais sem perda de sua autonomia socioeconômica; e avaliar as pressões ecológicas da atividade turística. Mas, segundo o autor, essas são as ações que produzem um “mal-menor”, e a sustentabilidade do turismo atua apenas nessa chave. São ainda ações de transição para uma vida sem turismo. Isso quer dizer de uma vida cotidiana baseada na viagem, na busca de conhecimento e da descoberta da diversidade sem organização *a priori*.

Então, turista e turismo não podem representar a liberdade e a inversão da vida cotidiana, de se estar livre para fazer o que bem entender. Não podem ser vistos como resistência e, por vezes, revolução. Eles servem ao consumo. E

retomando as ideias presentes no livro, um “consumidor”, apesar de tudo, continua a ser definido pelo consumo.

Rodolphe Christin é sociólogo e antropólogo de formação, define-se como um viajante na alma, de coração (*voyageur dans l'âme*), e leciona na Universidade da Córsega (FR). Publicou vários livros, entre eles *L'imaginaire voyageur ou l'expérience exotique*, no qual apresenta as diferenças entre viagem e turismo, e as análises de escritores viajantes como Nicolas Bouvier e Victor Segalen (CHRISTIN, 2000). Desse modo, coloca-se ao lado de outros pesquisadores da viagem, como Jean-Didier Urbain (1986 e 1993) e Daniel J. Boorstin (1971).

Mas, algumas ideias presentes em outros debates são esquecidas no ensaio: Primeiro que ser turista não é uma característica pessoal, ou de grupos ou classes: não se é turista, mas se está turista na viagem turística, portanto, as posições, gostos de classe etc. se reproduzem nas viagens, e o leque de tipos se multiplica a cada momento, na diversidade das classes e grupos formadores da vida societal. Em segundo lugar, o aumento da renda dos habitantes dos países emergentes está fazendo com que eles invadam os países receptores tradicionais, e isso sim é revolucionário, apesar dos dados serem incipientes e do fenômeno ser mais representativo nas classes médias-altas desses países. O autor, preso às ideias de turismo realizadas na Europa, não imagina a quantidade de viagens de baixo custo que as populações de países pobres realizam, e nem as populações pobres de países emergentes. O modelo puro de turista está se transformando em um leque de modelos híbridos.

A Florença de Stendhal não parece muito com a de Vasco Pratolini, em *Cronache di poveri amanti*, mesmo que Santa Croce seja relativamente perto de Via del Corno. Embora somente uma parcela da população possa se extasiar na presença de ícones da arte, não ter o capital cultural necessário para essa apreciação não diminui o potencial que os turistas-consumidores têm de se transformar em viajantes, pois sua aparente passividade frente à gestão, ao planejamento e ao desenvolvimento talvez encubra táticas de futuras transformações de gostos e de padrões comportamentais.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Paris: Gallimard, 1986.
- BOORSTIN, D. J. Du voyageur au turiste: l'art oublié du voyage. In: BOORSTIN, D. J. **L'Image**. Paris: UGE, 1971.

- CHRISTIN, Rodolphe. **Manuel d'antitourisme**. Paris: Éditions Yago, 2008.
- CHRISTIN, R. **L'imaginaire voyageur ou l'expérience exotique**. Paris: L'Harmattan, 2000.
- FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e Viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.
- GAULEJAC, V. de. **La société malade de la gestion**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KRIPPENDORF, J. **Les dévoreurs de paysages**. Lausanne: Editions 24 Heures, 1977.
- LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LIPOVETSKY, G. **Le bonheur paradoxal**. Paris: Gallimard, 2006.
- RIST, G. **Le Développement, histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.
- RIST, G. **L'Économie ordinaire entre songes et mensonges**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
- RODIN, E. **L'horreur managériale. Gérer, instrumentaliser, détruire**. Montreuil: L'Échappée, 2011.
- STENDHAL. **Mémoires d'un Touriste**. Genève; Paris: Slatkine Reprints, 1968.
- STENDHAL. **Rome, Naples et Florence**. Paris: Gallimard, 1987.
- URBAIN, J. D. **L'idiot du Voyage: histoires de Touristes**. Paris: Payot, 1993.
- URBAIN, J. D. **Sémiotiques Comparées du Touriste et du Voyageur, Semiótica**, Amsterdam, v.58 n.3-4, p.269-279, 1986.

